

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A CRIANÇAS QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL

Some contributions of psychological care to children suffering sexual abuse

Marcella Miquilinto Pinto¹, Patrícia Conti da Conceição¹, Ronaldo Chicre de Araújo²

¹ Acadêmicas do curso de graduação de Psicologia da Fundação Presidente Antônio Carlos-FUPAC

² Psicólogo. Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF; Professor da Fundação Presidente Antônio Carlos-FUPAC

RESUMO

Este trabalho aborda a contribuição do atendimento psicológico no processo de revelação do abuso sexual. Este abuso é um dos tipos mais cruéis de violência. Tem como objetivo analisar como a ludoterapia infantil pode influenciar no processo de revelação e notificação de situações de abuso sexual. Para que o abuso sexual seja identificado é necessário que a criança quebre o silêncio. Os momentos mais difíceis para a vítima e seus familiares é a revelação e a notificação do abuso sexual. O que pode ajudar nesse momento são os jogos lúdicos que influenciam o comportamento infantil durante o atendimento psicoterápico. A ludoterapia tem como objetivo facilitar o vínculo da criança com o psicólogo. A fala livre, perguntas abertas, sem sugestibilidade e juntamente com os jogos lúdicos ajudam a criança a superar resistências e auxiliam no processo de revelação do abuso sexual.

Palavras-chave: Abuso Sexual. Ludoterapia. Culpa.

ABSTRACT

This article discusses the contribution of psychological care in the developing process of sexual abuse. This abuse is one of the most cruel forms of violence. It aims to examine how children's play therapy can influence the process of revelation and reporting sexual abuse. For that sexual abuse is identified it is necessary that the child break the silence. The most difficult time for the victim and their families is the revelation and reporting of sexual abuse. What can help at this time are the fun games that influence child behavior during the psychotherapeutic treatment. The play therapy aims to facilitate the child's bond with the psychologist. The free speech, open questions without suggestibility together with educational games help the child to overcome resistance and help in the sexual abuse disclosure process.

Keywords: Sexual abuse. Play therapy, Fault.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende investigar de que forma o atendimento psicológico contribui no processo de revelação do abuso sexual. O estudo pretende abordar os diversos tipos de violência com enfoque na violência intrafamiliar e seus desdobramentos, desde quando o abusador começa a abordar a vítima até o abuso em si.

A violência pode ser entendida como todo ato que utiliza a força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra o próprio ser, outro indivíduo ou oposição a um grupo ou sociedade que possa causar ou não sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (Dahlberg & Krug, 2006).

O abuso sexual é considerado um dos tipos de violência mais cruéis, pode ser praticado em adultos ou crianças. Compreendido como ações que abrangem relação sexual com ou sem penetração genital a atos em que o contato sexual é inexistente (Soares et al., 2016).

Para que o abuso sexual seja identificado é necessário que a criança quebre o silêncio. O acolhimento da vítima e de sua dor é o primeiro passo para um bom resultado do tratamento físico e emocional. O psicólogo deve oferecer um ambiente acolhedor, uma escuta livre de preconceitos e sem interrupções desnecessárias (Santos & Dell’Aglia, 2010).

Este trabalho se justifica mediante a dificuldade em encontrar estudos e referências sobre o tema em destaque, uma vez que o mesmo envolve atividade lúdica que auxilia no atendimento psicoterápico a crianças que sofrem abuso sexual.

A ludoterapia tem como objetivo facilitar de tal maneira o vínculo do psicólogo com a criança, pois a mesma descreve em detalhes todo o seu sofrimento através dos jogos lúdicos. Assim, torna-se necessário levar em conta o brincar livre como uma linguagem importante e usual para expressão da criança. Ela deve ser valorizada na sua escuta na tentativa de superar e elaborar a situação traumática. Dessa forma, tem-se acesso ao relato da experiência da criança com maior facilidade, sem indução alguma (Froner & Ramires, 2008).

O estudo tem como objetivo analisar como a ludoterapia infantil pode influenciar no processo de revelação e notificação de situações de abuso sexual. Deve-se considerar que os momentos mais difíceis para a vítima e seus familiares são a revelação e a notificação do abuso sexual, pois frequentemente o agressor é algum membro da família ou uma pessoa muito próxima da mesma. O que pode facilitar o relato desse momento são os jogos lúdicos que contribuem para o atendimento psicoterápico.

DESENVOLVIMENTO

Violência intrafamiliar

Violência pode ser definida como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outro indivíduo ou oposição a um grupo ou sociedade que possa causar ou não sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (Dahlberg & Krug, 2006). O termo violência é utilizado em muitos contextos sociais, pode ser aplicado tanto para um homicídio quanto para violência verbal e psicológica. No âmbito conjugal manifesta-se com regularidade por meio de ações como, sujeitar à mulher a práticas sexuais contra a sua vontade, maus-tratos físicos, isolamento social, intimidação. No ambiente profissional percebe-se a existência de assédio moral. Na esfera escolar, ela se manifesta muitas vezes na forma de bullying e no contexto intrafamiliar através de maus tratos, negligência e muitas vezes abuso sexual (Sacramento & Rezende, 2006).

Desta forma existem diversos tipos de violência. Dentre elas encontra-se a violência contra a mulher, entendida por qualquer ato de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação e sofrimento. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados. Violência de gênero é considerada a violência sofrida pelo fato de ser mulher independentemente do contexto no qual ela está inscrita. A violência física é a ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade física de uma pessoa. Considera-se violência institucional o tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas) predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e se institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades. A violência intrafamiliar acontece dentro de casa ou unidade doméstica e geralmente é praticada por um membro da família que convive com a vítima (Lei nº 11.340, 2006).

Dentro das práticas que compõem as agressões domésticas pode-se citar o abuso físico, sexual e psicológico, a negligência e o abandono de menores. A violência moral é a ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher. A violência patrimonial é o ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores; violência psicológica - ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação,

isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal. Entende-se por violência sexual a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. A violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno (Artigo 7º da Lei nº 11.340/2006).

Segundo Hohendorff, Habigzang e Koller (2012), um a cada seis meninos e uma a cada quatro meninas já sofreram alguma forma de violência sexual. No Brasil, no período entre maio de 2003 e março de 2010, o Disque 100 – Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes efetuou um número acima de dois milhões de atendimentos, além de receber e encaminhar mais de 120 mil denúncias de todo país. Especialmente sobre os registros de violência sexual, apurou-se que em todas as formas apresentadas (tráfico de crianças e adolescentes, exploração sexual, abuso sexual e pornografia) as vítimas do sexo feminino foram a maioria, obtendo o índice de 82% nas ocorrências de exploração sexual.

O abuso sexual também pode ser compreendido como ações que abrangem relação sexual com ou sem penetração genital a atos em que o contato sexual é inexistente, como prática de carícias e manipulação das genitais, mama ou ânus e também o exibicionismo, realizado por adulto ou adolescente de mais idade (Soares et al., 2016). O abuso sexual infantil é considerado como todo tipo de relação sexualizada, desde diálogos sensuais ou eróticos e exibição da criança a material libidinoso até o estupro acompanhado de homicídio. Dentro deste leque de ameaças incluem-se carícias íntimas, relações sexuais com ou sem penetração, além do voyerismo e exibicionismo, dentre outros (Pereira, 2005). Segundo Martins & Jorge (2010), o abuso sexual, apesar de sua crescente incidência e da relevância do diagnóstico para a identificação precoce de fatores de risco e para a implantação de programas preventivos, ainda se constitui o tipo de violência contra crianças e adolescentes de menor notificação, envolvido num profundo pacto de silêncio e tabus culturais, o que contribui para o desconhecimento de sua real incidência.

Em decorrência disso, o fato de a criança ainda não possuir um amadurecimento psicológico suficiente, além de noções éticas e morais ainda não estarem estabelecidas acerca

do ato sexual, há uma grande probabilidade de que ela desenvolva complicações emocionais após ser acometida por violência sexual. A criança que sofreu abuso sexual, principalmente por familiares ou pessoas próximas, desenvolve a perda da autoestima, torna-se retraída, perde a confiança nos adultos e ela pode até chegar a considerar o suicídio (Soares et al., 2016).

Dessa forma, o abuso sexual no âmbito familiar contra crianças e adolescentes ainda é um acontecimento social sério que afeta todas as faixas etárias, classes sociais, etnias, religiões, culturas e limitações individuais. Essa espécie de agressão ocorre em um meio onde as relações são favoráveis, à custa da confiabilidade que a vítima investe no agressor que, beneficiando-se da inocência da criança ou adolescente, executa a violência de forma continua, desleal, fazendo crer que ela, a vítima, é responsável por ser abusada. A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil alcança todos os níveis sociais e, apesar da seriedade do problema, pode-se concluir que a família, ou a própria vítima, prefere manter o sigilo sobre essa espécie de violência (Baptista et al., 2008).

O abuso sexual infantil intrafamiliar é somente um dos mais variados tipos de violência na qual a criança está submetida no lar. Esse tipo de agressão vem sendo executado no decorrer dos anos e não faz distinção de raça, cor, condição social e etnia. Acontece de maneira oculta e, na maior parte das vezes, não é exposto para as autoridades competentes. É uma das formas mais brutas de se maltratar uma criança e fundamenta-se na utilização de um menor para a satisfação dos desejos sexuais de um adulto (Balbinotti, 2009).

Esse tipo de abuso é um dos mais complexos, pois apresenta muitas variáveis emocionais, sociais e legais interligadas. Na maior parte das vezes o abuso não deixa marcas perceptíveis aos olhos, mas deixa sequelas para o desenvolvimento da criança e gera um desarranjo psicossocial em toda a família (Froner & Ramires, 2009).

Abuso sexual: sedução, culpa, segredo

O episódio da sedução é definido como acontecimentos reais ou fantasmagóricos o qual o indivíduo, que nesses casos geralmente é uma criança, sofre passivamente por parte de outro, geralmente adulto, assédios ou práticas sexuais. Falar que a representação de sedução é experienciada passivamente não quer dizer somente que o indivíduo tem uma conduta passiva, mas também que é vítima sem que o fato possa gerar nele uma resposta, sem que origine representações sexuais (Gabel, 1997).

Segundo Gabel (1997), falar da culpa é referir-se a uma instância moral que legifera

sobre o que é bem ou mal. Essa instância é primeiramente externa ao sujeito, ou seja, são os valores morais dos pais e os valores morais da sociedade. Porém, pouco a pouco, a criança vai construindo, internamente, uma instância crítica e punitiva, o superego. Freud definiu-o como uma instância da personalidade que tem papel de censor, de juiz em relação ao ego do sujeito; a consciência moral aparece como uma das funções do superego, que encarna a lei e proíbe sua transgressão.

Segundo Piza e Alberti (2014), a experiência da criança como participante do abuso sexual explica como as crianças que sofreram abuso prolongado frequentemente expressam fortes sentimentos de culpa, independentemente do grau de cooperação e da vontade de participar do abuso. O sentimento de culpa da criança origina-se de seu *senso de responsabilidade*, que ela deriva do fato de ter sido uma participante no abuso.

A partir do momento em que a criança começa a compreender o abuso sexual, o agressor tenta fazer a inversão dos papéis, atribuindo a ela toda a culpa de ter aceitado seus carinhos. Ele utiliza da infantilidade e vulnerabilidade de sua vítima, evidenciando a importância que ela tem para sua família, minimizando cada vez mais o seu amor próprio, ao atestar que qualquer acusação por parte dela não teria nenhum tipo de valor. Ele passa então a exigir da vítima o total silêncio, ameaçando-a e às pessoas de quem ela depende e de quem mais gosta. O abuso é progressivo; quanto mais medo, aversão ou resistência pela vítima, maior o prazer do agressor, maior será a violência (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

De acordo com Summit (1983) citado por Gabel (1997), a realidade aterrorizante para a criança vítima de abusos sexuais deve-se ao fato de que “isso só acontece quando a criança está sozinha com o adulto e não deve jamais ser partilhado com quem quer que seja”. Esse terrível segredo tem de ser preservado pela ameaça, por exemplo, “não diga nada a sua mãe, senão ela vai me odiar”; “se ela souber, vai matar você, vai mandá-la para o colégio interno”. As ameaças tornam os efeitos da revelação ainda mais perigosos que o próprio ato.

Segundo Pfeiffer e Salvagni (2005), a criança ou adolescente podem ser induzidos a acusar um estranho ou qualquer outro mais distante, que não possam se defender da acusação, encobrindo, assim, o verdadeiro agressor. Habitualmente, são histórias não consistentes e que não se sustentam frente a uma argumentação mais detalhada. Somente quando passam a confiar no profissional é que essas vítimas conseguem revelar o abuso, geralmente repetitivo e de longa duração, perpetrado pelos pais, familiares e outros de seus relacionamentos.

As ocorrências mais habituais de agressão sexual até a adolescência é o incesto, ou

melhor, quando o abusador tem ou mantém algum grau de familiaridade com a vítima, determinando uma maior intensidade do dano psicológico do que na agressão submetida por estranhos. O incesto é um certo tipo de violência doméstica que acontece de forma frequente, de maneira sorrateira, em uma esfera relacional vantajosa, sem que a criança tenha, a princípio, consciência do comportamento abusivo do adulto que a coloca em um papel de provocadora e participante, levando-a a crer que é culpada por tudo o que ocorreu (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

O agressor utiliza do vínculo de familiaridade que tem com a criança ou adolescente e de poder como responsável para ficar cada vez mais próximo, tendo atitudes que a vítima considera, a princípio, como de demonstrações afetivas e de interesse. Essa aproximação é recebida, inicialmente, com entusiasmo pela criança, que se sente beneficiada por toda atenção dada pelo responsável. Este lhe transmite a ideia de cuidado e carinho e, que suas ações seriam comuns em um relacionamento de pais e filhas, ou filhos, ou mesmo entre a posição de familiaridade ou de relacionamento que tem com a vítima (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

No Brasil, cerca de 90% dos casos conhecidos como violência sexual contra meninas, o abusador é o pai ou padrasto da vítima e todo mês aproximadamente 18 mil crianças com idade entre sete e quatorze anos são vítimas de violência física dentro de suas casas (Ferrari & Vecina, 2002, p.144).

Segundo Froner e Ramires (2009), diferentemente de outras formas de violência, o abuso intrafamiliar, muitas vezes, fixa a criança em uma posição de passividade. Além disso, torna-se de certa forma responsável pela manutenção dos vínculos, mesmo que estes não sejam os mais adequados. A criança também é responsabilizada quando, ao relatar o abuso sexual, faz a quebra do contrato informal que mantém a família em suas funções, desde as estruturais, econômicas e também dos papéis de cada um, por isso dificulta a quebra do segredo.

Com isso, a suposição de que o ambiente familiar resguarda os seus integrantes mais frágeis é falha nesses casos e é justamente a relação afetiva dependente e o elo de confiança que encobre o abuso, gerando sentimentos confusos e ambivalentes (Fröner & Ramires, 2009). De acordo com Ferrari e Vecina (2002, p.144), "quando o pacto do silêncio consegue ser rompido, esses tristes dramas podem ser narrados pela família aos profissionais que decidiram, em sua prática, dedicar-se ao combate a esse tipo de abuso".

Atendimento psicológico

Acolher a criança ou o adolescente em sua dor é o primeiro passo para um bom resultado do tratamento físico e emocional. A escuta de sua história, livre de preconceitos, sem interrupções ou solicitações de detalhamentos desnecessários para a condução médica do caso, vai demonstrar respeito a quem foi desrespeitado no que tem de mais precioso, que é seu corpo, sua imagem e seu amor-próprio (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Para que o abuso sexual seja identificado, é necessário que a criança quebre o silêncio. Alguém precisa escutá-la e tomar as providências necessárias para sua proteção. Quando as vítimas de violência sexual são entrevistadas em um espaço acolhedor, por profissionais qualificados e propensos a oferecer suporte para que elas possam descrever suas experiências, a narração sobre o momento abusivo acontece de maneira detalhada. Em algumas situações, os profissionais não questionam sobre o abuso ou, ainda, evitam falar sobre o mesmo, supondo assim, que essa atitude venha a ajudar a vítima. Entretanto, a criança ou adolescente vítima de abuso sexual, podem entender tal comportamento como uma desvalorização da sua experiência. Atitudes que envolvam empatia e uma escuta sem julgamento de valores, nessas situações, são aspectos centrais em qualquer intervenção profissional. É preciso, portanto, que os questionamentos feitos à vítima sejam realizados de forma cautelosa, considerando a experiência vivida e relatada e seu estágio no desenvolvimento. É importante que o entrevistador diga para a criança que ele não sabe o que ocorreu. Falar para a criança que somente ela detém o conhecimento dos fatos, melhora a qualidade dos relatos infantis (Santos & Dell’Aglío, 2010).

O trabalho do psicólogo é analisar o relato da criança e a partir dele encontrar indícios do abuso, uma vez que ele é um agente facilitador da fala e das emoções da criança.

Segundo Froner e Ramires (2008), a fala livre, as perguntas abertas, sem pressão e sem sugestionabilidade, com linguagem simples, possibilita à criança dar uma resposta com maior conteúdo informativo.

Porém, faz-se necessário levar em consideração que crianças com menor maturidade ou pouca idade possuem menor capacidade de memorizar e de recordar dados detalhados.

Através de jogos, bonecos anatômicos, instrumentos projetivos, desenhos e outros materiais gráficos, consegue-se superar as habilidades verbais limitadas das crianças, assim como ter mais recursos para a sua avaliação (Froner & Ramires, 2008). Os brinquedos são colocados à disposição da criança, para que ela possa usá-los como quiser. Eles devem ser

bastante variados, incluindo bonecos de plástico, animais domésticos e selvagens, carrinhos, caminhões e aviões de plástico, tinta de diversas cores, papel sulfite, lápis (preto e de cores), pincel, tesoura sem ponta, cola, barbante, argila, bacia ou pia com água. O desenho livre também é um recurso auxiliar da entrevista, muito utilizado para levantar informações sobre vários aspectos da personalidade (Araújo, 2007).

As atividades lúdicas facilitam tanto o vínculo do profissional com a criança como a sua escuta, pois ela descreve, até mesmo em detalhes, todo o seu sofrimento através do jogo simbólico. É importante a possibilidade do brincar livre como uma linguagem usual para expressão da criança, que deve ser valorizada na sua escuta para superar e elaborar a situação traumática. Dessa forma, a experiência da criança aparece com maior facilidade, sem indução alguma. O psicólogo também deve levar em consideração a experiência vivenciada pela criança e a tensão psíquica que dela demanda para promover intervenções que possibilitem uma elaboração psíquica do seu estado emocional (Froner & Ramires, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a ludoterapia infantil pode influenciar no processo de revelação e notificação de situações de abuso sexual, a partir de pesquisas de publicações relacionadas a essa temática. Os trabalhos indicam que o momento mais difícil para a vítima e seus familiares é a revelação e a notificação do abuso sexual, pois frequentemente o agressor é algum membro da família, ou uma pessoa muito próxima da mesma. O que pode facilitar esse momento são os jogos lúdicos que influenciam no comportamento infantil durante o atendimento psicoterápico.

Para que o abuso sexual seja identificado é necessário que a criança quebre o silêncio, e de acordo com a pesquisa feita, identificou-se que os jogos lúdicos ajudam as crianças a expressarem seus sentimentos. A fala livre, perguntas abertas, sem sugestionabilidade e sem pressão juntamente com os jogos lúdicos ajudam a superar as habilidades limitadas da criança e auxiliam no processo de revelação do abuso sexual. É importante a prática do brincar livre como uma linguagem usual para expressão da criança que deve ser valorizada na sua escuta para superar e elaborar a situação traumática.

Crianças que sofrem abuso sexual, principalmente por familiares ou pessoas próximas, desenvolvem a perda da autoestima, tornam-se retraídas, perdem a confiança nos adultos e podem até chegar a considerar o suicídio. O abuso sexual é um tipo de agressão que ocorre

em um meio em que as relações são favoráveis, à custa da confiabilidade que a vítima investe no agressor e este, beneficiando-se da inocência da criança ou adolescente, executa a violência de forma contínua, desleal, fazendo crer que ela, a vítima, é responsável por ser abusada.

A experiência da criança como participante do abuso sexual explica como as crianças que sofreram abuso prolongado frequentemente expressam fortes sentimentos de culpa, independentemente do grau de cooperação e da vontade de participar do abuso.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. L. & Morales, D. A. Q. (2011). *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor* (2ª Ed.). São Paulo: Cortez : Brasília.
- Araújo, M.F. (2007). Estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica. *Psicologia: teoria e prática*, 9(2), 126-141.
- Balbinotti C. (2008). *A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso*. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Baptista, R. S., França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(4), 602-608.
- Lei 11.340 - Presidência da República do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil/_Ato_2004-2006/2006/Lei/Lei_11.340. Acesso em 16 de agosto de 2016.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G.. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Supl.), 1163-1178.
- Ferrari, D. C. A. & Vecina, T. C. C., (Orgs.). (2012). O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática (4ª Ed.). São Paulo: Ágora.
- Froner, J. P., & Ramires, V. R. R. (2008). Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. *Paideia*, 18(40), 267-278.
- Gabel, M., (Org.). (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual* (2ª Ed.) São Paulo: Summus.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-416.
- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 19(2), 246-255.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5, Suppl.), 1-97.

Piza, Luciana, & Alberti, Sonia. (2014). A criança como sujeito e como objeto entre duas formas de investigação do abuso sexual. *Psicologia Clínica*, 26(2), 63-85.

Sacramento, L. T. e, & Rezende, M. M. (2006). Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, (24), 95-104.

Santos, S. S. & Dell'aglio, D. D. (2010). Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 328-335.

Soares, E. M. R., Silva, N. L., Matos, M. A. S., Araújo, E. T. H., Silva, L. R., Lago, E. C. (2016). Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. *R. Interd*, 9 (1), 87-96.